

# Moraes quer responsabilizar big techs por adultização

Para ele, o papel das famílias das crianças deve ser complementar

Por Karoline Cavalcante

A recente divulgação de um vídeo do influenciador digital Felipe Bressanim Pereira — conhecido como Felca —, que expôs casos de exposição e sexualização de crianças em plataformas digitais, intensificou o debate sobre a regulação das redes sociais no Brasil. Com mais de 30 milhões de visualizações em uma semana, o conteúdo provocou reações imediatas dos Três Poderes, mobilizando ações do Legislativo, Judiciário e do Executivo em torno da proteção da infância no ambiente online. Durante um encontro com influenciadores promovido, nesta quinta-feira (14), pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Alexandre de Moraes defendeu a responsabilização das plataformas pelos conteúdos vinculados.

Em sua fala, o magistrado foi enfático ao afirmar que é “impossível” esperar que pais e responsáveis consigam, sozinhos, monitorar a atuação de crianças e adolescentes nas redes. Para ele, o papel das famílias deve ser complementar à atuação das empresas e do poder público. “Quando eu era novo, nossos pais nem controlavam o que você fazia na rua. Imagina [quando] entra no quarto, está no celular, no tablet... Então é impossível isso. Óbvio que os pais têm que auxiliar, a educação, a escola tem que auxiliar, mas as redes sociais também têm que ter responsabilidade”, afirmou o ministro, que foi eleito na quarta-feira (13) para assumir a Vice-Presidência do STF.

## Conteúdos

Para Moraes, não se deve mais fingir que as plataformas são apenas intermediárias, pois lucram com o engajamento, impulsionam conteúdos e, portanto, devem responder pelos danos



Para Moraes, não se deve mais fingir que as plataformas são apenas intermediárias

causados. Ele lembrou a recente decisão da Suprema Corte que considerou parcialmente inconstitucional a regra do Artigo 19 do Marco Civil da Internet, exigindo que as plataformas sejam responsabilizadas por conteúdos publicados por seus usuários. Segundo o ministro, a Corte adotou uma postura “minimalista” ao estabelecer essas regras na ausência de uma legislação específica, mas com base em demandas urgentes, mencionando que as empresas reconhecem ser possível adaptar seus sistemas para identificar e retirar conteúdos nocivos de forma automática.

“E o Supremo, na ausência de regulamentação e mediante provocação, estabeleceu alguns limites. Como eu disse, foi bem minimalista”, afirmou Moraes. “Eu fiz várias reuniões com as Big Techs no tempo do TSE [à época que o ministro presidia o Tribunal Superior Eleitoral] e todas disseram que é plenamente possível. É só preparar a inteli-

gência artificial com essas características”, explicou Moraes.

## Reações

No Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional que visa regulamentar o funcionamento das plataformas digitais no Brasil — a medida tem como foco também a proteção de crianças e adolescentes nas redes sociais — e será articulada com outras propostas em tramitação, como o PL 2628/2022, de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que já estabelece diretrizes para o “dever de cuidado” das plataformas digitais. Na tarde da última quarta-feira (13), foi realizada uma reunião ministerial para discutir o tema. Após sair do encontro, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou que o governo fechou propostas para ampliar a segurança no ambiente digital e promover concorrência

econômica, mas destacou a urgência na proteção de crianças e adolescentes.

“Vamos regulamentar, porque é preciso criar o mínimo de comportamento, o mínimo de funcionamento no funcionamento de uma rede digital que fala com crianças e com adultos e que, muitas vezes, ninguém assume a responsabilidade pelo conteúdo”, disse o petista em entrevista à BandNews.

A Câmara dos Deputados também acelerou o ritmo. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou a criação de um grupo de trabalho para elaborar um novo projeto de lei voltado à proteção da infância nas redes sociais. Segundo ele, o texto deverá ser apresentado em até 30 dias. “Que possamos, sem ideologias e sem politizações, fazer o debate da maneira que ele tem que ser feito: com foco na proteção às nossas crianças e adolescentes. Há pautas importantes que exigem debate, negociação e tempo, mas esta pauta não espera. Não pode esperar”, declarou Motta ao anunciar uma comissão geral sobre o tema para o dia 20 de agosto.

Além disso, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aumentando as penas para quem aliciou menores pela internet. A proposta agora será apreciada pelo plenário. No Senado, há articulações para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a exploração de menores por influenciadores digitais. O requerimento já conta com assinaturas suficientes e aguarda deliberação. Paralelamente, a CCJ do Senado deve convocar representantes de plataformas como Meta, TikTok e YouTube para prestar esclarecimentos.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Governador do Paraná é sondado por partidos

## Centrão quer que Ratinho Junior mude de toca

União Brasil, Progressistas e Republicanos articulam uma frente para convencer o governador do Paraná, Ratinho Junior, a deixar o PSD e se filiar a um desses três partidos.

A mudança de toca está relacionada à disputa presencial. Os presidentes das três siglas — Antônio Rueda, Ciro Nogueira e Marcos Pereira, respectivamente — avaliam que, hoje, Ra-

tinho seria o candidato mais viável da oposição.

A provável condenação de Jair Bolsonaro e o desgaste da família com as sanções norte-americanas complicam a presença do sobrenome do ex-presidente na cabeça de chapa.

A resistência de Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo, ao Centrão dificulta sua escolha.

## Dúvidas

Até pelo peso econômico de seu estado e por seu compromisso com Bolsonaro, seu padrinho, Tarcísio tem assumido posições divergentes no caso do tarifaço imposto por Trump. Ele também não diz de maneira clara o que quer ser candidato ao Planalto em 2026.

## Vantagem

O fato de Ratinho ser de um estado menor é visto como uma vantagem, isso faz com que ele não seja alvo frequente de questionamentos. O antipetismo tenderia a compensar o desconhecimento do governador por muitos eleitores — eles votariam para derrotar Lula.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Gilberto Kassab comanda o PSD

## Partidos dizem que governador seria mais livre

O principal argumento dos três partidos para convencer Ratinho é a possibilidade de ele se livrar das amarras colocadas pelo presidente — na prática, dono — do PSD, Gilberto Kassab.

O ex-prefeito paulista, além de ser ligado a Tarcísio, tende a submeter temas nacionais a interesses regionais, como ocorre

em São Paulo e no Rio.

No União ou no PP ou no Republicanos, Ratinho teria maior liberdade para tocar seu projeto presidencial e deixar que os próprios partidos resolvessem seus interesses nos estados.

Por enquanto, Ratinho joga parado, mas sabe que não lhe faltam alternativas, nem queijo.

## Licença

Corredores da Câmara dizem que os deputados Elmar Nascimento (União-BA) e Doutor Luizinho (PP-RJ) preparam o projeto que dificulta processos contra parlamentares. Para a abertura das ações contra senadores ou deputados seria exigida licença de cada Casa.

## Crimes

A nova emenda à Constituição seria pautada na próxima semana pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Ontem, à Globonews, ele confirmou que o tema está sendo discutido, mas não disse se a autorização seria exigida também para crimes comuns.

## Privilégio

Essa prerrogativa existia no texto original da Constituição de 1988 — escrita logo depois do fim da ditadura —, mas foi substituída em 2001. Desde então, a Câmara e o Senado podem apenas suspender, mas não impedir ou arquivar, processos contra seus integrantes.

## Opinião

Motta ressaltou que hoje há muitos parlamentares sendo processados por delito de opinião, o que é vedado pela Constituição (eles são invioláveis por suas “opiniões, palavras e votos”). O presidente tentou relacionar a volta do privilégio ao fim da prerrogativa de foro.

# Governo negociará licenciamento ambiental no Congresso

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Há um embate entre governo e Congresso que precisa ser definido: a nova Lei do Licenciamento Ambiental. A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, defendeu, nesta quinta-feira (14), os 63 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto que institui a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Porém, os vetos serão analisados em sessão conjunta no Congresso Nacional e a expectativa inicial é que os parlamentares derrubem os vetos.

“O que nós vamos fazer agora é diálogo com o Congresso para que haja o entendimento de que os vetos favorecem a proteção do meio ambiente, mas favorecem também os investimentos e o desenvolvimento. Ter cuidado na hora de fazer um empreendimento não significa ser contra o empreendimento”, destacou Marina Silva no programa “Bom dia, Ministro”.

O projeto simplifica a concessão de licenças para empreendimentos de menor impacto ambiental através da flexibilização e padronização da emissão da licença em todo território nacional. Contudo, ele é considerado polêmico por trazer alerta a ambientalistas de que essa flexibilização aumenta desmatamentos, tal como demais complicações ambientais. Os vetos presidenciais tiveram o intuito de garantir quatro pontos.



Marina defende manutenção de vetos

São eles: garantir a integridade do processo de licenciamento; assegurar os direitos de povos indígenas; dar segurança jurídica a empreendedores e investidores; e incorporar inovações que tornem o licenciamento mais rápido, mas de forma que não comprometa sua qualidade.

Ao Correio da Manhã o professor de políticas públicas do Ibmec Brasília Eduardo Galvão detalhou que, apesar de polêmico, “há espaço para buscar consensos” entre a bancada ruralista e ambientalistas no Congresso Nacional, “especialmente em pontos que podem conciliar previsibilidade regulatória com preservação ambiental”.

“Uma via possível é propor

critérios técnicos uniformes para empreendimentos de médio impacto, evitando interpretações distintas entre estados. Outro caminho é garantir que a simplificação de procedimentos venha acompanhada de mecanismos claros de monitoramento, o que preserva a segurança jurídica e dá transparência aos processos. Esse tipo de construção conjunta já se mostrou viável em outras pautas, equilibrando competitividade e responsabilidade”, ele avaliou.

## Impactos

O cientista político ainda destacou que o novo texto amplia a autonomia de estados e municípios, simplifica etapas para determinados tipos de li-

cienciamento e fortalece instrumentos como a autodeclaração, “o que tende a reduzir prazos e custos para empreendimentos”.

“Por outro lado, será necessário acompanhar a implementação para evitar diferenças excessivas entre entes federativos, que possam gerar disputas ou insegurança jurídica. Em paralelo, mudanças nas exigências para empreendimentos de grande porte exigirão ajustes nos órgãos ambientais para garantir que a agilidade não comprometa a qualidade das análises”, ponderou Eduardo.

A reportagem ainda conversou com o sócio do da área ambiental e mudanças climáticas do Candido de Oliveira Advogados Leonardo V. P. Freire, que é favorável ao projeto. Ele ressaltou que, apesar das justificativas do governo, a forma como os vetos “foram conduzidos levanta sérias preocupações quanto ao equilíbrio institucional e à qualidade normativa do resultado final”.

Ele alertou para a possibilidade da medida resultar em um “Frankenstein jurídico”. “A tentativa de acomodar todos os interesses da sociedade brasileira a partir de uma suposta onisciência do Executivo, além de utópica, pode resultar em um verdadeiro ‘Frankenstein jurídico’: um conjunto de dispositivos desconectados da realidade e de difícil aplicação prática, especialmente para empreendedores, órgãos ambientais e comunidades diretamente afetadas”.